

# OS DESAFIOS DA REGIÃO NORDESTE NO CONTEXTO ATUAL DAS POLÍTICAS SOCIAIS

NORTHEAST REGION'S CHALLENGES IN THE CURRENT CONTEXT OF SOCIAL POLICIES

Sonia Maria de LIRA<sup>1</sup>

## RESUMO

Este ensaio analisa como a construção do território nordestino foi se consolidando a partir dos interesses mercantilistas das elites europeias e locais, tanto no período colonial quanto imperial. Também, durante o período republicano, os ideais liberais mantiveram as concentrações de terras e de rendas, além das consequentes desigualdades sociais. Além disso, ele destaca que as políticas públicas implementadas no século XX, principalmente a partir da SUDENE, contribuíram para o crescimento econômico regional e para a desmobilização dos movimentos rurais. Nos dias atuais, mesmo com as políticas de complementação de rendas, o aumento real do salário mínimo e os financiamentos públicos, não se consegue acabar com os baixos índices sociais na região, embora em alguns casos tenha havido melhorias substanciais. Destarte, grandes desafios precisam ser enfrentados, entre eles: insuficiente dotação de infraestrutura econômica, baixos níveis de escolarização, baixos padrões de saneamento básico etc. Por isso, são necessárias ações públicas conjuntas a partir das diversas esferas governamentais – municipais, estaduais e federais – que contemplem um desenvolvimento mais incluyente, que seja capaz de diminuir significativamente as discrepâncias socioeconômicas historicamente construídas e impostas.

**Palavras-chave:** Desenvolvimento Regional, Nordeste Brasileiro, Concentração Territorial, Desigualdades Socioeconômicas, Políticas Sociais.

## ABSTRACT

This essay examines how the construction of northeastern territory was consolidated from the mercantilist interests linked to European and local elites both in the colonial and imperial period. Also, during the Republican period, liberal ideals maintained concentrations of income and land, and the consequent social inequalities. Moreover, it highlights that public policies implemented in the twentieth century, mainly from SUDENE, contributed to improve the regional economic growth and the demobilization of rural movements. Nowadays, even with policies to supplement incomes, the real increase in the minimum wage and public funding, you can not stop the low social indicators in the region, although in some cases there have been substantial improvements. Thus, major challenges need to be faced, including: insufficient allocation of economic infrastructure, low levels of education, low standards of sanitation etc. Therefore, it is necessary to implement social policies from the various levels of Brazilian government – from local to federal – in order to encourage a more inclusive development, which is capable of

---

<sup>1</sup> Doutora em Geografia pela Universidade Federal de Pernambuco, professora da Universidade de Pernambuco/Campus Mata Norte

reducing the socioeconomic discrepancies historically constructed and enforced. Therefore, it's necessary some joint public actions from several spheres of government: municipal, state and federal; which result in an embracing development, decreasing even more the socioeconomic differences historically imposed.

**Keywords:** Regional Development, Northeastern Brazil, Territorial Concentration, Socioeconomic Inequalities, Social Policies.

## 1. INTRODUÇÃO

O objetivo do presente ensaio é entender como as políticas sociais vêm ocorrendo na região Nordeste do Brasil. A importância deste estudo reside no fato de que há evidências de que várias ações vêm sendo executadas pelos poderes públicos, porém ainda são enormes os desafios que precisam ser enfrentados.

Historicamente, o território sul-americano esteve atrelado aos interesses mercantilistas das elites europeias, bem como aos emaranhados das novas elites locais que se formaram. Sendo assim, tanto no período colonial, quanto no imperial e no republicano, as influências externas predominaram, apesar de não se negligenciarem as especificidades internas que também têm interferido nessa trajetória.

Conforme o Professor Milton Santos, o espaço é um sistema indissociado de objetos e ações (1999). As ações públicas voltadas para o Nordeste brasileiro foram efetuadas de acordo com os interesses dos diversos agentes que se opuseram às políticas impostas, eles foram passivos ou impuseram seus interesses. São essas ações que serão analisadas, explicando de que forma interferiram e modificaram o território nordestino.

Na primeira seção, falaremos da atuação dos agentes oriundos da Europa e sua relação com as elites locais que se formaram com o tempo, como também dos interesses liberais republicanos os quais estiveram presentes na construção territorial nordestina; na segunda, destacaremos a atuação das políticas públicas, a partir da instalação da Superintendência de desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) e das atuais no início do século XXI, como também dos graves problemas socioeconômicos que ainda acometem a região e, por fim, enfatizaremos os desafios a serem enfrentados, na atualidade, para a construção de um desenvolvimento menos excludente pelas diversas esferas governamentais.

## 2. CONTEXTUALIZANDO AS AÇÕES DOS PRIMEIROS AGENTES ECONÔMICOS QUE ATUARAM NA REGIÃO NORDESTE

O processo de colonização sul-americano de exploração ocorreu, através das ações, principalmente dos espanhóis e portugueses, afetando drasticamente as populações nativas através da hecatombe demográfica. No entanto, encontrou-se, em vários momentos, a reação dos agentes autóctones, conforme citado por Andrade (2005, p. 72), quando disse que Duarte Coelho: “[...] teve de manter árdua luta, desde que os tabajaras e caetés, insuflados, às vezes, pelos franceses, hostilizavam constantemente o donatário”. E embora predominantes, na utilização das novas terras, os peninsulares sofreram intervenções não somente das populações nativas como também de outros europeus.

O uso dos indígenas, como escravos, foi a primeira alternativa encontrada para resolver o problema da ausência de força de trabalho, antes da imposição do trabalho escravo. A respeito desse problema:

Nessa escassez de mão-de-obra [sic] que, além de tudo, deveria ser constantemente renovada devido à alta mortalidade, à baixa natalidade e às fugas, o trabalho livre teria que ser relativamente bem remunerado. Dada a condição histórica de que o trabalho manual era inaceitável ou pouco aceitável para os peninsulares e dada a condição histórica de que havia uma desigualdade fundamental no sistema de forças, devido a diferenças de armamentos e treinamento, a escravidão se impôs como solução lógica. (SOARES, 1976, p. 23)

Os extensos latifúndios, pertencentes às classes dominantes brancas e as dificuldades com relação à escravização do indígena, promoveram a utilização de alternativas para a força de trabalho. Entre elas, a escravização de africanos, os quais, também, muito diferente do que se pensavam, opuseram-se através dos quilombos e de outras práticas de resistência.

Além disso, vincularam-se os referidos latifúndios aos minifúndios, sob as práticas coronelistas instaladas. De acordo com Soares (Ibidem, p. 31), “[...] muitos minifúndios estavam (e estão) indiretamente relacionados com os latifúndios, através do excesso que a própria condição de minifúndio impedia de absorver e que vinha se oferecer ao latifúndio”. Dessa forma, em muitos casos, as atividades agrícolas da cana-de-açúcar, algodão ou a pecuária vincularam-se à agricultura de subsistência através do sistema de meação dentre outras formas de relações de trabalho no campo.

A ocupação das áreas litorâneas e de matas para a produção açucareira e o afastamento da pecuária para áreas dos grandes rios, como no sul nordestino, pelo São Francisco, foram mantidas enquanto atividades complementares, sendo a primeira

dedicada ao mercado externo e a outra ao consumo interno. Muitas áreas dos agrestes e sertões nordestinos também foram utilizadas com a pecuária extensiva. Mas, em muitos momentos, ambas as atividades misturaram-se, pois o gado do interior chegava às áreas agrícolas, nos períodos de estiagens, para se utilizar dos restolhos para suas alimentações.

Ademais, as práticas políticas monárquicas das metrópoles da Península Ibérica não se modificaram no período imperial, após a independência política do país, principalmente quanto ao uso e à posse de terras. O que, também, se manteve no período republicano, nos países sul-americanos. Isto porque, conforme Soares, o “[...] século XIX [...] foi [...] de extrema importância para a formação do sistema atual de propriedade e de relações sociais de produção agrária na América Latina devido à privatização de terras”. (Ibidem, p.33)

No caso brasileiro, a Lei de Terras foi instituída em 1850 e executada anos anteriores à Abolição da Escravatura. Essa Lei impediu que as populações de origem africana, a partir de então, pudessem apropriar-se de partes do território a fim de buscar sua sobrevivência, na medida em que “[...] determinava que a terra só poderia ser adquirida pela compra, o que acabava com o sistema de posse” (CHIAVENATO, 1996, p. 30). Além disso, tratava-se de uma forma de “[...] obrigar o imigrante a empregar sua força de trabalho nas grandes fazendas de café” (CHIAVENATO, Ibidem, p. 31) do Sudeste do país.

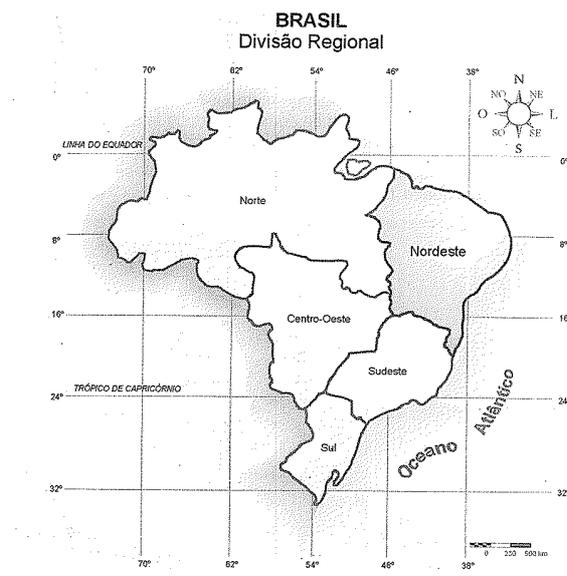
No período republicano, o processo de exclusão socioterritorial aprofundou-se, porque,

O liberalismo das instituições republicanas permitiu a continuação da dimensão étnica da diferenciação social. A extrema desigualdade de riqueza e de ingresso, juntou-se a desigualdade no domínio dos símbolos culturais definidos como importantes – a alfabetização, a educação formal [...] – todos com uma clara correlação com a composição étnica e social da população. A desigualdade de oportunidades já no berço foi respeitada pelo liberalismo republicano. (SOARES, op. cit., p.36)

Não somente os negros, como também os indígenas e mestiços continuaram, assim, excluídos das oportunidades de posse da terra ou de outros direitos sociais. Grande parte dos indígenas foi dizimada pela hecatombe demográfica promovida pelos europeus, outra fugiu para áreas mais afastadas do país. Enquanto isso, os recém libertos passaram a “inchar” as áreas periféricas urbanas, vivendo de pequenos serviços ou da mendicância, como também se mantiveram na condição de semi-escravos nas áreas rurais, dependendo dos favores dos coronéis, dos antigos senhores. Condição que ainda permanece nos dias

atuais, na medida em que o Brasil é considerado um dos países com a maior concentração de terras e de rendas do mundo.

Além disso, na região Nordeste do Brasil (Figura 01), onde o sistema de *plantation* teve lugar e onde existe o semiárido mais habitado do mundo, com estiagens cíclicas constantes e significativo contingente de famílias vivendo sob condições de extrema pobreza, desenvolveram-se crises muito graves.



**Figura 01: Brasil – Localização da Região Nordeste**  
Fonte: Atlas de Pernambuco, 1999

Sendo assim, os diversos agentes dirigentes, presentes na região Nordeste durante os períodos coloniais e imperiais, garantiram a exploração como foco principal de sua atuação. Da mesma maneira, os agentes liberais do período republicano mantiveram as desigualdades sociais promovidas anteriormente e até as ampliaram. Durante o século XX, novas políticas passaram a ser exigidas pelas pressões sociais dos segmentos marginalizados, tanto das áreas rurais acometidas pelas estiagens como nas áreas urbanas inchadas.

### **3. ALGUMAS POLÍTICAS SOCIAIS IMPLEMENTADAS NO NORDESTE A PARTIR DO SÉCULO XX**

Várias medidas foram adotadas, na região do Nordeste do Brasil, no intuito de diminuir os problemas causados pelas secas, mas que continuaram a favorecer apenas os

interesses dos grupos dominantes locais. Dentre tais medidas, podem ser destacadas, segundo Ianni (2004, 208/209):

Criação da Inspeção Federal de Obras contra as Secas, em 1909, [...] o Departamento Nacional de Obras contra as Secas (DNOCS), em 1936, [...] em 1933, foi criado o Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA), [...] A Companhia Hidro-Elétrica do São Francisco (CHESF) foi estabelecida em 1945 [...] E a Comissão do Vale do São Francisco (CVSF), criada em 1948. [...] Em seguida, no ano de 1952, fundou-se o Banco do Nordeste do Brasil (BNB). [...] E em 1959, por fim, o governo federal criou 'a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) [que tinha] por finalidades: a) estudar e propor diretrizes para o desenvolvimento do Nordeste; b) supervisionar, coordenar e controlar a elaboração e execução de projetos a cargo de órgãos federais na região e que se relacionem especificamente com o seu desenvolvimento; c) executar, diretamente ou mediante convênio, acordo ou contrato, os projetos relativos ao desenvolvimento do Nordeste que lhe forem atribuídos, nos termos da legislação em vigor; d) coordenar programas de assistência técnica, nacional ou estrangeira, ao Nordeste.'

Porém, além do desenvolvimento regional, outro objetivo também estava subjacente à criação da SUDENE, isto é, a contenção das mobilizações dos trabalhadores rurais, envolvidos com as ligas camponesas e os sindicatos, na década de 1950. Isto porque,

A SUDENE surgiu num momento em que se revelaram de modo particularmente aberto os antagonismos da sociedade do Nordeste. Ou melhor, ela foi criada numa época em que as desigualdades econômicas e sociais [...] adquiriram conotações políticas de cunho pré-revolucionário. No momento em que camponeses e operários rurais deixaram de acomodar-se às soluções de estilo oligárquico (consubstanciadas nos padrões de controle social e liderança política próprios do coronelismo), nesse momento os grupos dominantes do Nordeste e o governo federal (incluindo o executivo e o Legislativo) decidiram agir politicamente, no sentido de controlar ou dominar as tensões crescentes na região. (Ibidem, p.210-211)

Os grupos políticos e econômicos locais concordaram, provisoriamente, com a nova estrutura de poder a qual se sobrepunha à das estruturas municipais e estaduais já existentes, “[...] para evitar que as massas da cidade e do campo tomassem o poder, ou ameaçassem o equilíbrio político da região” (Ibidem, p. 213), pois entre as preocupações das elites nordestinas estavam a conquista e o exemplo da revolução cubana que ocorrera entre 1956 e 1959.

A década de 1960 viu o aprofundamento da discussão da reforma agrária, e o governo de João Goulart enviou para o Congresso Nacional, o projeto de reforma agrária do país. No entanto, o golpe militar de 1964 a inviabilizou.

Em 30 de novembro de 1964, foi promulgado o Estatuto da Terra, que fez uma reforma agrária ao contrário: enfatizou a exportação de grãos,

privilegiando culturas extensivas como a soja e financiando a mecanização das grandes propriedades. Os pequenos e médios agricultores perderam 'prestígio bancário', e as áreas antes destinadas aos alimentos básicos (arroz, feijão etc.) cederam espaço para a soja, a cana e outros produtos exportáveis, como o café, a laranja, o cacau, o fumo e o algodão. (CHIAVENATO, op. cit., p. 31-32)

No decorrer do tempo, a produção de alguns desses artigos entrou em crise, dentre os quais se destaca o cacau do estado da Bahia. Os preços deste produto no mercado internacional caíram por causa do aumento da sua oferta em países africanos. Além disso, as estiagens frequentes e o fungo vindo da Amazônia (*vassoura de bruxa*) destruíram as esperanças dos produtores, alguns dos quais já estavam falidos (SOUSA, 2008).

Até praticamente os dias atuais, essas áreas receberam elevados contingentes de migrantes rurais, provocando o inchaço urbano das grandes e médias cidades. O que, também, favoreceu uma crescente organização dos trabalhadores em prol da luta pela terra.

Posteriormente, algumas fazendas foram desapropriadas e, com o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), pequenos produtores passaram a produzir o cacau, através de mudas resistentes ao fungo amazônico. Outros fazendeiros investiram na pecuária, no cultivo de frutas e no café (SOUSA, 2008).

Da mesma forma, a cotonicultura também entrou em crise, e isto também “[...] por conta da concorrência internacional frente ao algodão norte-americano, bem como da concorrência nacional frente ao algodão paulista” (LIRA, 2011, p. 83). No Agreste pernambucano, a alternativa foi a da produção de confecção de roupas destinadas a classes populares.

Esta atividade movimenta, hoje, em torno de R\$ 1,73 bilhões por ano e gera 77.000 empregos diretos e indiretos, consolidando-se com 73% de toda produção de confecção em Pernambuco e 800 milhões de peças ao ano (LIRA, 2011). A ampla produtividade de vestuário revela o espírito empreendedor latente do povo nordestino (como diria a professora Tânia Bacelar), porém não garante a diminuição de outros problemas socioespaciais existentes na sub-região do Agreste de Pernambuco e na região Nordeste como um todo.

Atualmente, o Índice de Desenvolvimento Social (IDS)<sup>2</sup> do Nordeste é o mais baixo do Brasil. Segundo o Instituto Nacional de Altos Estudos (INAE, 2006), essa região apresentava o índice de (7,08) para IDS, contra o mais alto que é o da região Sul (8,70)<sup>3</sup>.

---

<sup>2</sup> Os cinco componentes considerados foram, sobretudo os referentes à saúde, à educação, ao trabalho, ao rendimento e a condições habitacionais das populações.

Entre os principais problemas econômicos da região destacam-se os seguintes:

- Baixo nível de produtividade em parte significativa das atividades econômicas regionais, principalmente na agricultura;
- Reduzida qualificação da mão-de-obra;
- Insuficiente dotação de infraestrutura econômica, sobretudo nos polos de dinamismo econômico recente;
- Fragilidade da agropecuária local frente às estiagens mais prolongadas, em particular no semiárido, causada pela ausência de tecnologias apropriadas, socialmente difundidas;
- Desestruturação dos segmentos exportadores tradicionais, com crescente insulamento econômico da região;
- Baixo grau de integração e lento processo de modernização dos polos industriais mais expressivos da região. (BRASIL, 2004, p. 46)

As características econômicas demonstram o quanto ainda se tem que caminhar para o enfrentamento de grandes desafios estruturais. Mas é a questão cultural que precisa de mais investimento, porque neste aspecto estão presentes elementos fundamentais em termos de melhoria nas atividades agropecuárias, de qualificação profissional, de mudança de atitudes para com as atividades coletivas e integradas, bem como ambientais.

Além dos problemas acima citados, outros também acometem a região:

- Baixo nível de escolaridade, agravado pela insuficiente qualidade da educação oferecida;
- Elevada incidência de analfabetismo e analfabetismo funcional;
- Índices ainda altos de morbidade e mortalidade;
- Baixos padrões de saneamento e higiene ambiental;
- Expressivo déficit habitacional;
- Baixa propensão às atividades associativas e à mobilização social;
- Reduzido acesso ao trabalho produtivo e, em consequência, à renda de grande parte da população regional. (BRASIL, *Ibidem*, p. 46)

Esse conjunto de problemas demarca os principais desafios para as políticas sociais no século XXI. E embora se saiba que tenha havido um conjunto de políticas públicas que tem provocado a diminuição do índice de pobreza, entre 2003 e 2008, da ordem de 19 pontos percentuais no Nordeste (de 61% para 42% da população), conforme Banco Central, outras políticas precisam ser redimensionadas.

Os financiamentos através das “liberações de recursos realizadas pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social para a região nordestina passaram de R\$ 2,73 bilhões em 2000, para R\$ 5,3 bilhões em 2007” (CARVALHO, 2008, p. 05). Porém, ainda há concentração desses financiamentos em alguns estados, como os de Bahia, Ceará

---

<sup>3</sup> O IDS brasileiro é de 8,11 pontos.

e Pernambuco. O que demonstra a necessidade de maior democratização na distribuição socioespacial do dinheiro público.

Mais especificamente, verificamos que as políticas de complementação de renda, aumento real do salário mínimo e ampliação dos financiamentos públicos têm favorecido as camadas mais populares da população. No entanto, outras políticas a exemplo das educacionais ainda deixam muito a desejar e estas são realmente necessárias para o acontecimento de um efetivo desenvolvimento social.

#### **4. DESAFIOS DAS POLÍTICAS SOCIAIS PARA O SÉCULO XXI NO NORDESTE**

Convém ressaltar, antes de mais nada, que:

O desenvolvimento harmônico das regiões brasileiras requer um projeto diferente do que implantamos no século passado: requer olhar para todo o país e patrocinar as potencialidades que existem Brasil a fora: para a indústria, para os serviços, para a produção de bioenergia, para a produção de bens alimentares, para o desenvolvimento do turismo, para a chamada indústria criativa, para a pesca, para a produção extrativa, para o artesanato [...](ARAÚJO, 2009, p. 01)

Os desafios para um país de dimensões continentais, como o Brasil, são imensos e as suas potencialidades devem ser desenvolvidas privilegiando as áreas mais carentes. Verifica-se que, nos últimos anos, o Nordeste tem sido privilegiado pelo governo federal com uma série de investimentos. Contudo, é fundamental que as atividades sejam integradas e os outros entes federados também assumam essa empreitada das políticas sociais.

Outro aspecto a ser fortalecido refere-se à melhoria das infraestruturas também nas pequenas e médias cidades, inclusive para o enfrentamento do problema de saneamento básico como necessidade de saúde pública. Isto porque este problema foi agravado com o inchaço das grandes cidades, e atualmente vem se ampliando, sobretudo naqueles espaços urbanos. Conforme Araújo,

O Brasil dos municípios entre 100 mil e 500 mil habitantes vêm se dinamizando Brasil a fora. A concentração nas grandes metrópoles tende a diminuir, dado que as deseconomias externas começam a pesar contra esses lugares. Daí a oportunidade de cuidar das cidades médias brasileiras agora, evitando que elas se organizem com os problemas de ocupação desordenada, marca registrada das metrópoles que montamos no século XX. [...] Isso requer prioridade a esses locais na instalação, de novas Universidades e Centros de Ensino Profissional, por exemplo, exige a localização de hospitais decentes em áreas onde hoje se precisa deslocar quilômetros e quilômetros para ter um atendimento mais

complexo, etc. Requer igualmente dos gestores locais que cuidem do ordenamento dos territórios municipais – evitando a ocupação desordenada – assim como a adoção de uma política de transportes públicos ousada e ordenadora da mobilidade urbana em novo padrão. (Ibidem, p.3)

Retoma-se, então, a necessidade de um trabalho conjunto das esferas públicas, porque as políticas de saúde, educação, transportes públicos e planejamento urbano são cobradas aos gestores municipais e estaduais principalmente. Todavia, são políticas que demandam esforços coletivos para sua viabilidade.

Os territórios rurais também necessitam ser estruturados com uma nova lógica, inclusive a da reforma agrária efetiva. Sabe-se que o governo federal vem implementando medidas creditícias que favorecem aos produtores familiares, entre elas a utilização do PRONAF, já citado neste texto. Porém, essas medidas devem ser ampliadas com uma melhoria na distribuição das terras, historicamente concentradas.

Precisam-se também, segundo Araújo (Ibidem, 04), de: “capacitação laboral e gerencial, [instrumentos] importantes para dialogar com o crédito”, pois a utilização indevida dos recursos naturais tem trazido problemas ambientais e a falta de preparo do homem do campo, com relação a culturas inadequadas ao semiárido, tem dificultado a sua sobrevivência.

Esses aspectos estão atrelados às questões educacionais, as quais continuam precárias no que diz respeito aos critérios qualitativos e nas áreas rurais o problema ainda é mais grave. A quantidade de escolas é insuficiente nos níveis mais elevados da Educação Básica, por isso os estudantes precisam se deslocar em transportes inadequados, percorrendo grandes distâncias. Segundo ainda Araújo,

A melhoria do ensino básico [...], assim como políticas de difusão de conhecimentos via assistência técnica são igualmente fundamentais para tornar esse segmento cada vez mais viável economicamente, mais justo socialmente e mais ambientalmente responsável, como requerem os novos paradigmas do desenvolvimento regional. (Ibidem, p.6)

Faz-se urgente realizarem-se investimentos maciços em educação, porque o recurso vinculado, atualmente, não é suficiente para atender tamanha demanda. O Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (FUNDEB) e o Piso Salarial Nacional dos profissionais da educação básica foram conquistas importantes para as políticas educacionais, mas não garantiram as condições necessárias para a melhoria da sua qualidade.

Os profissionais em educação ainda necessitam de melhorias nas condições salariais, atreladas à carreira; diminuição nas jornadas de trabalho e formação continuada.

Neste caso, é urgente a ampliação dos recursos para essa área, a partir da proposta da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), a qual reivindica o aumento da parcela destinada à educação para 10% (dez por cento) do Produto Interno Bruto (PIB) e está contemplado no Plano Nacional de Educação (PNE).

Avalia-se que a educação é um elemento estratégico para o desenvolvimento. Por isso, mesmo com as medidas de descentralização das universidades pelo país e com a descentralização das políticas sociais também nas regiões brasileiras mais pobres, muito ainda se precisa fazer para a melhoria da educação básica. Pois, sem as oportunidades de garantia das camadas populares usufruírem de uma educação básica de qualidade, suas condições de serem absorvidas por atividades laborais mais promissoras também estarão reduzidas, o que mantém a concentração de renda nas camadas mais abastadas da população e impede a ascensão social.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

No Brasil, as classes dominantes, de maioria branca, foram privilegiadas quanto à concentração de rendas e terras. Além de usufruírem das benesses dos poderes públicos, elas sempre estiveram historicamente presentes nos postos estatais de comando.

As grandes massas ficaram relegadas à pobreza e à falta de assistência pública quanto às principais questões sociais. Porém, esses agentes populares também se mobilizaram e reivindicaram transformações nessa realidade.

Atualmente, existem avanços consideráveis em alguns aspectos. No entanto, são necessárias atuações dos poderes públicos, principalmente, nas questões referentes à concentração de terras; às políticas educacionais, de ciência e tecnologia; aos problemas ambientais e ao planejamento voltado para as áreas urbanas inchadas e em expansão.

Todos esses aspectos dependem de investimentos e comprometimentos de todas as esferas governamentais. No entanto, o trabalho conjunto desses segmentos também é um desafio a ser enfrentado e superado.

## REFERÊNCIAS

- AGÊNCIA BRASIL. Norte e Nordeste são as regiões mais carentes de políticas sociais, aponta estudo. 27/05/2008. Disponível em: <http://www.nominuto.com/noticias/brasil/norte-e-nordeste-sao-as-regioes-mais-carentes-de-politicas-sociais-aponta-estudo>. Acesso: 28/12/2012.
- ANDRADE, M. C. de. **A terra e o homem no Nordeste**: contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste. São Paulo: Cortez, 2005.
- ARAÚJO, T. B. de. **Nordeste, nordestes**: que nordeste? In: Ensaio sobre o desenvolvimento brasileiro: heranças e urgências. Rio de Janeiro: Revan: Fase, 2000.
- \_\_\_\_\_. **A crise pode ser uma oportunidade para o Brasil diminuir as desigualdades regionais?** [11 de setembro, 2009]. Revista Rumos, 2009. Entrevista concedida a Sofia Dowbor. Disponível em: <http://criseoportunidade.wordpress.com/2009/09/11/a-crise-pode-ser-uma-oportunidade-para-o-brasil-diminuir-as-desigualdades-regionais-entrevista-com-tania-bacelar-de-araujo-revista-rumos>> Acesso em 20/12/2012.
- BRASIL, Conselho Nacional da Reserva da Biosfera da Caatinga do. Cenários para o Bioma Caatinga. Secretaria de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente. Recife: SECTMA, 2004.
- CARVALHO, C. P de O. **Nordeste**: sinais de um novo padrão de crescimento (2000/2008). ANPEC, 2008. Disponível em: [www.anpec.org.br/encontro2008/artigos/200807211223330-.pdf](http://www.anpec.org.br/encontro2008/artigos/200807211223330-.pdf) Acesso em: 20/12/2011.
- CHIAVENATO, J. J. **Violência no campo**: o latifúndio e a reforma agrária. São Paulo: Moderna, 1996.
- IANNI, O. **Origens agrárias do Estado Brasileiro**. São Paulo: Brasiliense, 2004.
- LIRA, S. M. de. **Muito além das feiras da sulanca**: a produção de confecção no Agreste/PE. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2011.
- SANTOS, M. **A Natureza do Espaço**. Técnica e tempo. Razão e emoção. São Paulo: HUCITEC, 1999.
- SOARES, G. A. D. **A questão agrária na América Latina**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976.
- SOUSA, R. **O Cacau e a Borracha no Brasil** (O ciclo do cacau e da borracha). Brasil Escola, 2008. Disponível em: <http://luisplus.sites.uol.com.br/cacau.htm>> Acesso em: 20/12/2011.

Artigo recebido em 19/07/2012 e aceito em 17/09/2012